



do Laboratório de Estudos sobre a Intolerância da Universidade de São Paulo

ANO 2 - vol. 2 - NÚMERO 2 - PRIMEIRO SEMESTRE DE 2008

Tel.: 0/xx/11/3091-2441

E-mail: lei@usp.br

Leia neste número:

www.rumoaatolerancia.fflch.usp.br

O LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE A INTOLERÂNCIA
NO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA
SEMINÁRIO DISCUTE O DIREITO DOS ANIMAIS
OS 60 ANOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS
DIREITOS HUMANOS
O COLÓQUIO INTERNACIONAL
TOLERÂNCIA E DIREITOS HUMANOS,
DIVERSIDADE E PAZ

Caros leitores,

Os estudos realizados pelos pesquisadores do Laboratório de Estudos sobre a Intolerância, neste primeiro semestre de 2008, enfatizaram as várias formas de intolerância. Neste início do Século XXI, a consciência sobre a diversidade da vida no planeta trouxe para o debate, tanto os animais e seus direitos como a biodiversidade e os riscos que o mundo industrial apresenta para a sobrevivência do planeta. Essa consciência aprofundou-se a partir dos estudos realizados para a ONU, por cientistas de muitos países, cujos relatórios apontam a necessidade de revisão do conhecido Protocolo de Kyoto. Hoje, os Direitos do Homem, cuja Declaração comemora sessenta anos, são parte de um conjunto de novos temas que devem ser agregados às metas humanitárias ainda não cumpridas. Um compromisso com a educação e o conhecimento nos levou a estabelecer novas áreas de pesquisa e a trabalhar na difusão das lutas contra as Intolerâncias.

O Seminário realizado sob a Coordenação do Dr. Laerte Levai abordou o fator destrutivo da pecuária, a falta de manejo nos processos de destruição das florestas, a necessidade de definição de um perfil menos voraz para o desenvolvimento e, em especial, o uso de animais nos processos de experimentação científica nos cursos de medicina, considerados por alguns como um mal necessário e, por outros, como um certo sadismo, fruto de posturas anacrônicas dos séculos anteriores.

No campo da diversidade cultural desenvolveu-se, em parceria com a Escola de Enfermagem e com o Centro de História da Ciência da Universidade de São Paulo, um projeto de pesquisa para as comemorações do centenário da Imigração Japonesa para o Brasil, denominado Encontros e Memórias. Na perspectiva dos docentes nikkeys da USP, o projeto divide-se em três partes: análise do perfil desses docentes que representam mais de cinco centenas, em um universo de cinco mil docentes, histórias de vida de trinta professores, dez em cada grande área do conhecimento e detalhamento do trabalho desses acadêmicos, de modo a contribuir na difusão científica a partir dos relatos dos próprios pesquisadores.

O LEI apoiou ainda o Seminário Internacional de Filosofia, centrado no tema da injustiça, que reuniu pesquisadores franceses da Fundação Gabriel Peri, docentes da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e do LEI/USP, em São Paulo, ao longo de 5 dias de frutíferas discussões. O encontro percorreu os campos da história, da filosofia e da psicanálise, com resultados muito instigantes para um debate interdisciplinar. O LEI recebeu também a psicanalista Jill Betz Bloom que, com muita pertinência, debateu com os pesquisadores do LEI, e convidados, os dilemas da tolerância e as formas de intolerância que se impõem no momento atual em diferentes países, sejam do bloco dos países desenvolvidos ou dos países pobres.

Finalmente, decidiu-se realizar no Brasil entre os dias 22 e 25 de Abril de 2009, o Colóquio Internacional Tolerância e Direitos Humanos, Diversidade e Paz que inicialmente estava programado para ser em Paris, na sede da UNESCO. O Colóquio que contará com convidados dos mais diferentes países do mundo, foi incluído no Programa França/Brasil e fará parte da definição conceitual do grande evento a ser realizado ao longo de todo o próximo ano. O Evento será sediado no SESC Pinheiros e contará com conferências, mesas redondas, painel de pesquisas e programação cultural, e tem o apoio da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* da UNESCO-Brasil.

Pretende-se apresentar um manifesto, uma "Declaração em defesa da vida" a ser assinada por todos os participantes e solicitaremos a leitura deste manifesto na Assembléia Geral das Nações Unidas em Nova York.

Para receber a Newsletter

Se você quiser receber esta newsletter, encaminhe uma solicitação para lei@usp.br. Para parar de recebê-la, envie solicitação para o mesmo e-mail com o assunto "Exclusão". Para receber o número anterior utilize o mesmo endereço eletrônico.

COMITÊ EDITORIAL

Editores-chefes:

Rodrigo Medina Zagni, Zilda Iloki

Conselho Editorial:

Anita Novinsky; Ilana Novinsky; Diana Luz Pessoa de Barros; Lina Gorenstein; Mário Miranda Filho; Teresa Teles

Redatores:

Rodrigo Medina Zagni, Teresa Teles

Fotografia / Pesquisa:

Rodrigo Medina Zagni; Teresa Teles

Representação de Centros Membros:

Clodoaldo Meneguêlo Cardoso

(Núcleo pela Tolerância de Baurú)

Colaboradores:

Diana Luz Pessoa de Barros; Laerte Levai;

Maria Constança Peres Pissarra; Marli

Quadros Leite; Samuel Feldberg ; Sheila

Skitnevsky-Finger

SUMÁRIO

Editorial	1
Os estudos inquisitoriais no Brasil	2
Programa Convivência na Diversidade	2
O Colóquio Internacional "Tolerância e Direitos Humanos, Diversidade e Paz"	3
O "Gabinete de Investigações", de Anita Novinsky	3
Encontros e memórias: a inserção nikkey na USP e na sociedade brasileira	4
Anita Waingort Novinsky representa o Laboratório de Estudos sobre a Intolerância, em Jerusalém, no Fórum Mundial Sobre Anti-Semitismo em Jerusalém	5
Em Cartagena das Índias, Zilda Iloki representa o LEI-USP na Conferência Regional Latino Americana e Caribenha sobre o Educação Superior	5
CEPI realiza Série De Encontros Com A Profa. Jill Betz Bloom	6
LEI organiza o "Centenário de Nascimento Leôncio Basbaum: Desafios e perspectivas do Marxismo"	6
Seminário discute direito dos animais	7
Seminário Internacional de Filosofia reúne pesquisadores franceses, docentes da PUC de São Paulo e do LEI/USP em torno do tema "Injustiça"	8
Nova Consciência, em Campina Grande, é exemplo de tolerância e convivência com a diversidade religiosa	8
Os cursos oferecidos pelo LEI	9
Livros	10
Dissertações e teses	12
Filmes	13
Os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos: uma breve e sombria reflexão	14
Os Centros Membros do LEI	15
Luta e resistência contra as intolerâncias: entrevista com Zilda Marcia Gricoli Iloki.....	16

A Universidade de São Paulo foi a primeira universidade no mundo que introduziu os estudos inquisitoriais em seu currículo no distante ano de 1969. Há mais de 30 anos essa matéria continua sendo transmitida anualmente em nível de pós-graduação, no Departamento de História, tendo participado desses cursos os ilustres historiadores Laura da Melo e Souza, Ronaldo Vainfas, Lana Lage, Luiz Nazário, Maria Luiza Tucci Carneiro, Luiz Roberto

Alvez, dentre tantos outros, hoje mestres em diversas universidades e verdadeiro orgulho nacional. Os estudos inquisitoriais iniciados na Universidade de São Paulo se desenvolveram intensamente nos últimos anos no estrangeiro e no Brasil, e dezenas de livros têm sido publicados sobre o assunto.

Quando o Laboratório de Estudos sobre a Intolerância (LEI) foi criado em 2002, foram introduzidos em seu programa diferentes módulos, sendo um deles dedicado à pesquisa sobre Inquisição. Esses

estudos representam uma continuidade do programa iniciado no Centro de Estudos Judaicos em 1969 e ministrado pelo Departamento de História há mais de três décadas. Estudos teóricos sobre cristãos-novos, racismo, jesuítas, autos de fé e arte foram desenvolvidos pela equipe de pesquisadores do Laboratório de Estudos sobre a Intolerância para enriquecer a historiografia brasileira. A continuidade desses estudos tem levado alunos de pós-graduação para Portugal, onde podem investigar diretamente nas fontes. Obras publicadas já esgotadas sobre a Inquisição, judeus e cristãos-novos estão sendo reeditadas e com lançamento previsto ainda para este semestre, como por exemplo, Machado de Assis- os judeus e a redenção do mundo, pela editora Humanitas, e História dos Judeus em Portugal, pela editora Perspectiva.

Hoje, a Universidade de São Paulo conta com uma equipe de pesquisadores sobre a Inquisição no Brasil que tem se projetado internacionalmente. O Brasil foi mapeado com pesquisas exaustivas sobre a Inquisição em 9 estados – Pará, Sergipe, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Alguns destes trabalhos já foram publicados e uma nova coleção com cinco volumes, está em fase de preparação.

Pesquisadores do Laboratório de Estudos sobre a Intolerância têm participado de congressos e colóquios nacionais e internacionais, divulgando no estrangeiro um capítulo por eles totalmente ignorados: os cristãos-novos e a Inquisição no Brasil.

OS ESTUDOS INQUISITORIAIS NO BRASIL

Anita Waingort Novinsky



Programa

CONVIVÊNCIA
DIVERSIDADE

Clodoaldo Meneguello Cardoso

Trata-se de um projeto proposto pelo *Núcleo Pela Tolerância* do Departamento de Ciências Humanas, FAAC, UNESP-Bauru, na qualidade de parceiro do [LEI – Laboratório de Estudos da Intolerância](#), FFLCH-USP, no projeto “INTolerância” aprovado no Programa “Instituto do Milênio” do CNPq. CONVIVÊNCIA NA DIVERSIDADE compreende um conjunto de atividades de Extensão Universitária de caráter multi e interdisciplinar, articulado com pesquisa e ensino em diversas áreas do conhecimento, visando a compreensão, caracterização e atuação diante de intolerâncias, preconceitos e discriminações que ocorrem, em especial, entre os jovens.

O projeto conta com a parceria de especialistas: professores e profissionais da comunidade. O projeto CONVIVÊNCIA NA DIVERSIDADE tem como principal público-

alvo: alunos do Ensino Médio da cidade de Bauru nos anos de 2006, 2007 e 2008.

Qualquer jovem que tenha acesso à Internet e curiosidade sobre o mundo em que vive poderá constatar a grande diversidade e desigualdade social entre nações, povos e grupos humanos.

A consciência dessa multiplicidade não era tão explícita há 50 anos. Antes do processo de globalização dos meios de comunicação havia uma representação de humanidade bastante homogênea e definida, construída ideologicamente no processo histórico ocidental. E tudo aquilo que fugia a determinados padrões de imagens, comportamentos e expressões culturais eram considerados “desvios” da norma e, portanto, como algo diferente, estranho e reprovável. Daí, a origem de muitos preconceitos.

Hoje, escancara-se na tela da televisão e do computador a pluralidade de pensamento e expressões humanas. A cada dia parece multiplicarem-se as culturas, as religiões, os costumes alimentares, as formas de relacionamento amoroso e de constituição dos grupos familiares. Das grandes cidades do mundo nos vêm imagens de convivência e confronto entre etnias diversas e desfilam diante de nossos olhos arregalados diferentes identidades corporais, resistindo ao esforço de padronização da beleza.

Tal realidade abala a vivência cotidiana daqueles modelos metafísicos de comportamento que determinavam os valores morais e os princípios éticos. A educação centrada no respeito e na boa convivência com o semelhante soa, a nós mesmos, cada vez mais estranha em um mundo no qual nosso próximo é diferente de nós.

O que o jovem pensa disso tudo? Como se posiciona diante do diverso? O que é educar para um mundo da convivência na diversidade, que vai além do respeito ao semelhante a nós mesmos?

Pensar com radicalidade a convivência humana na diversidade implica articulá-la constantemente com a enorme desigualdade social que exclui a maior parte da humanidade das conquistas do desenvolvimento científico e tecnológico dos últimos 500 anos da história. De um lado, temos a abundância, o consumo do supérfluo e o desperdício como características das sociedades, ou de grupos sociais, que detêm o poder em um mundo dominado por uma economia cada vez mais liberal. De outro, a fome e a miséria, conseqüência histórica dos diversos processos de dominação, colonização e exploração entre os povos, ainda é a causa da maior parte das doenças que matam milhares de crianças e idosos em todo o mundo.

Há uma interdependência entre alguns aspectos da diversidade cultural e da desigualdade social, em especial, nas realidades sociais aviltantes como a da América Latina. Neste caso, tratar separadamente desigualdade e diversidade é, muitas vezes, propósito ideológico visando naturalizar a primeira e folclorizar a segunda. Para que isso não ocorra é preciso abordar tais questões sempre no chão da história. Com ela perceberemos que muito da diversidade entre os povos e grupos humanos tem uma história marcada pela dominação e exploração. Pensar a diversidade étnica e cultural historicamente significa, portanto, compreendê-las como dinâmicas, mutáveis e não como naturais e fixas.

A realidade atual exige esse compromisso do educador.

O Colóquio Internacional

“Tolerância e Direitos Humanos: Diversidade e Paz”

22 a 25 de abril de 2009, no SESC Pinheiros

O Colóquio Internacional tem como objetivo estabelecer um diálogo entre intelectuais, acadêmicos e personalidades ilustres oriundos de diversas regiões do mundo para, conjuntamente, refletirem questões cruciais de nosso tempo e sobre a importância da convivência entre os diferentes povos.

Os trabalhos serão apresentados em conferências, mesas-redondas e sessões dedicadas à apresentação de pesquisas recentes sobre Tolerância, realizadas por acadêmicos de diversas universidades.

Será orientado pelos seguintes eixos temáticos: História, Educação, Filosofia, e Política.

Terá como público alvo: acadêmicos, intelectuais, políticos, ativistas e lideranças de organizações não-governamentais, estudantes e demais interessados nas discussões sobre a intolerância, buscando meios para reversão de seus quadros.

O Programa, (que ainda está em elaboração), prevê uma sessão de Abertura Solene com personalidades do cenário político brasileiro, representantes do Programa Ano da França no Brasil, da UNESCO, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, da CAPES, do SESC-SP além de professores da École des Hautes Études en Sciences Sociales, Collège de France e da Universidade de São Paulo.

As mesas Redondas serão compostas a partir dos temas: Direitos Humanos, Diversidade, Tolerância e Paz..

O “Gabinete de Investigação”, de Anita Novinsky

Por Lina Gorenstein

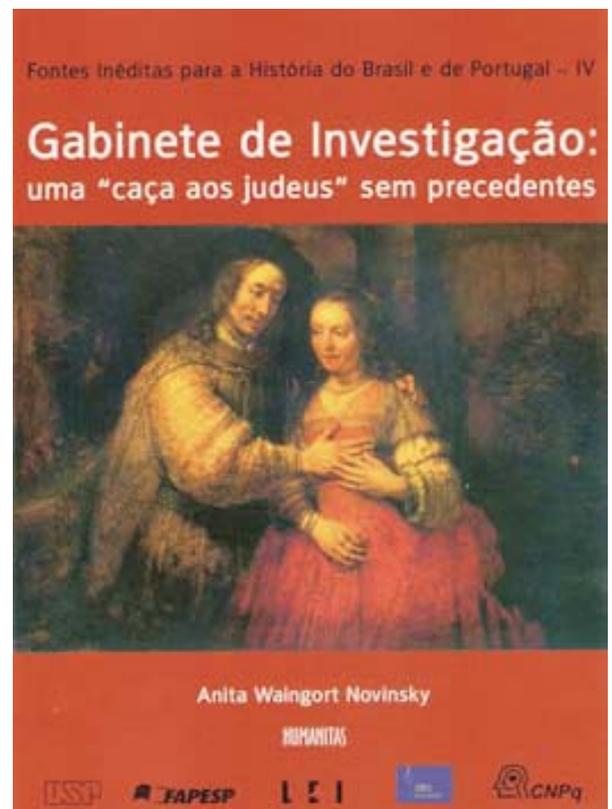
Livro essencial para todos que desejarem se aprofundar no conhecimento da história do Brasil colonial, pois apresenta um inédito repertório de nomes de cristãos-novos que viviam no Brasil e na Holanda durante os séculos XVII e XVIII, suspeitos de serem judaizantes.

Os espíões da “Gestapo portuguesa”, comissários e familiares do Santo Ofício, eram enviados pela Inquisição para as mais distantes regiões do mundo, para investigar o comportamento e a fé desses portugueses. Seus nomes eram registrados em enormes livros denominados “Rol dos Culpados”, que permitiam controlar os passos dos portugueses, confiscar seus bens, e, ainda, punir seus filhos e netos como o estigma de “infames”.

Este documentário, que é o 4º volume de uma coleção denominada “Fontes Inéditas para a História de Portugal e do Brasil” permite aos pesquisadores encontrar os processos desses portugueses e conhecer a “qualidade” de gente que vivia na colônia e na Holanda.

O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição funcionava na base das denúncias, e é delas que trata o livro. Foram denunciados como suspeitos de Judaísmo portugueses cristãos-novos que viviam no Brasil nos séculos XVII e XVIII e na Holanda do século XVII.

Esta fonte permite reconstituir redes familiares e comerciais, em uma época de intensas relações econômicas entre Brasil e Holanda, quando o açúcar brasileiro constituía o elemento de primordial importância no mercado europeu, e também conhecer quais foram os luso-brasileiros que contribuíram com sua cultura e criatividade e crítica religiosa para a história do pensamento ilustrado brasileiro.



Anita Novinsky *Gabinete de Investigação uma “caça aos judeus” sem precedentes. Fontes inéditas para a história do Brasil e de Portugal IV.* São Paulo, Humanitas, 2007.

A imigração japonesa iniciou-se há cem anos, no dia 28 de abril de 1908, quando um grupo de imigrantes japoneses deixou o porto de Kobe, no Japão, a bordo do navio Kasato-Maru em direção ao Brasil, atracando no porto de Santos, em 18 de junho de 1908. Dele desembarcaram os primeiros 781 imigrantes japoneses que

iniciaram suas trajetórias históricas em um novo país, procurando integrar-se a uma sociedade completamente estranha, ao mesmo tempo em que buscavam superar o desconhecimento e o distanciamento cultural existente em tradições tão diversas.

Com o passar dos anos, os imigrantes japoneses, em sua maioria, adaptaram-se ao Brasil adotando-o como nova Pátria. Começaram a traçar novas perspectivas e novos projetos de vida. Progressivamente, contingentes cada vez maiores deixaram as atividades rurais rumo à cidade e à procura de novos horizontes. Do campo à vida urbana, as diferenças eram profundas e os grandes desafios foram sendo vencidos aos poucos. Vitórias e derrotas alternaram-se, nessa audaciosa incursão.

Na história desses imigrantes, analogamente a de outros, celebraram-se muitas conquistas em vários setores, fruto de diferentes modos de investimentos. Entre os dois pólos, os que migraram com mais recursos e os que se deslocaram como força de trabalho, uma vasta maioria trilhou os mais diversos rumos, misturando-se a diferentes segmentos sociais, procurando investir maciçamente na educação e cultura e, por esse caminho, alcançar projeções no seio da sociedade anfitriã.

Passados cem anos do desembarque dos primeiros imigrantes japoneses no Brasil é preciso ressaltar o esforço contínuo de integração de seus descendentes à sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que buscavam preservar os valores e as tradições culturais de seus antepassados. Apesar desse processo de integração não ter ocorrido sem conflitos, nele verificam-se fatos que evidenciam a possibilidade da convergência de sociedades tão diferentes.

É possível falar da trajetória dos imigrantes japoneses no Brasil que

acabou se confundindo, muitas vezes, com a história do país no desenvolvimento da agricultura, na descoberta de novas tecnologias industriais, no campo científico, na literatura, nas artes plásticas e em tantas outras áreas nos quais o encontro parece ter superado a barreira das diferenças culturais.



Em comemoração ao Centenário da Imigração Japonesa, o Laboratório de Estudos sobre a Intolerância, em parceria com um grupo de docentes da Escola de Enfermagem, prepararam o projeto *Encontros e Memórias: a inserção nikkei na USP e na sociedade brasileira*, que resultará na publicação de um livro, na produção de um DVD e na montagem de uma exposição fotográfica.

O projeto tem como finalidade compreender o processo histórico-cultural da inserção dos nikkeis na sociedade brasileira, recuperando, a partir da memória dos docentes nikkeis da Universidade de São

ENCONTROS E MEMÓRIAS

A INSERÇÃO NIKKEY NA USP E NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Teresa Teles



Emiko Yoshikawa Egry e o irmão Makoto Yoshikawa

Paulo, parte da história da imigração japonesa. Ao rememorar essas histórias de vida, que merecem ser registradas pela sua singularidade e riqueza, procura-se ressaltar o entrelaçamento entre as duas culturas, buscando desvelar a face qualitativa da contribuição dos pesquisadores uspianos nikkeis para a sociedade brasileira e japonesa.

Foram realizadas uma série de entrevistas com docentes nikkeis, ativos e aposentados, que abordaram a trajetória de suas famílias, suas contribuições e o seu papel na Universidade de São Paulo. Entre os entrevistados estão o Prof. Sedi Hirano, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, o Prof. Kokei Uehara, da Escola Politécnica, o Prof. Kazuo Watanabe, da Faculdade de Direito e o Prof. Iassuhiko Okay, Faculdade de Medicina.

O lançamento do livro e do DVD ocorrerá durante a exposição, confirmada para o período de 24 de

outubro de 2008 a 30 de janeiro de 2009, no Centro de Preservação Cultural "Casa de Dona Yayá", situado à na Rua Major Diogo, 353, Bixiga, São Paulo/SP.

Anita Waingort Novinsky representa o Laboratório de Estudos sobre a Intolerância, em Jerusalém, no Fórum Mundial sobre Anti-Semitismo

Convidada pelo Ministro das Relações Exteriores de Israel para participar do *Global Forum for Combating Antisemitism* realizado no Ministério das Relações Exteriores em Jerusalém, nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2008, a Profa. Dra. Anita Waingort Novinsky, presidente do LEI/USP teve a oportunidade de falar na sessão dedicada ao anti-semitismo na academia e entre os Intelectuais.

Participaram desse Fórum um grande número de personalidades, homens de Estado, membros do Parlamento Inglês, representantes da Budenstag e de Organizações Não-Governamentais, ministros e intelectuais.

A conferência realizou-se em um momento de grande significação e os conferencistas referiram-se ao recrudescimento do Anti-Semitismo em nível mundial, como um fenômeno global, que facilmente poderá expandir-se de maneira irreversível a partir de suas novas manifestações:

o anti-sionismo e o anti-israelismo.

O objetivo do Fórum foi colocar os participantes frente a frente na luta contra o anti-semitismo, o racismo e a xenofobia, contra os regimes discricionários em países que ameaçam o mundo livre, e o povo judeu em particular. O pronunciamento de todos os participantes foi transmitido para o mundo pela *internet* e pode ser adquirido em DVD.

A responsabilidade perante o anti-semitismo deve ser assumida pelas lideranças políticas e religiosas de todos os países onde esse fenômeno aparece. Os países do mundo livre têm que enfrentar o anti-semitismo, o racismo e a xenofobia, colocando essas questões na sua agenda internacional, pois elas dizem respeito a própria vida humana.

A Conferência internacional ofereceu a todos os participantes uma oportunidade de trocas de idéias sobre as ameaças do mundo atual. As informações foram vitais para a compreensão dos perigos que acenam o futuro da humanidade.

Somente uma colisão de indivíduos informados e engajados de todo mundo, representando organizações diversas da sociedade civil, de governos e organizações não-governamentais poderá resolver um tão grande desafio.

O Fórum Global para Combate ao Anti-Semitismo foi aberto pela vice-primeira ministra e Ministra das Relações Exteriores de Israel e pelo Ministro para Assuntos da Diáspora e Combate ao Anti-Semitismo.

Na sessão de abertura estavam comentaristas importantes, como o ex-ministro Natan Sharansky que advertiu para a “necessidade de agirmos agora, antes que seja muito tarde”.

O Fórum foi dividido em painéis e Plenárias, com 67 participantes, todos convidados. O auditório do Ministério foi reservado apenas para convidados e estiveram presentes 250 pessoas. Os painéis foram: 1. Anti-Semitismo, Anti-Sionismo, que

ultrapassam a linha da crítica legítima para o novo anti-semitismo; 2. Anti-Semitismo e Direitos Humanos no Cenário Internacional; 3. Anti-Semitismo no mundo mulçumano e árabe; 4. Combate Parlamentar ao Anti-Semitismo; 5. Anti-Semitismo nas Universidades e a questão da esquerda liberal e 6. Anti-Semitismo na Internet e na Mídia.

No segundo painel, dedicado às ações governamentais e parlamentares no combate ao anti-semitismo, participaram os membros o Parlamento inglês Dr. John Mann, o Membro do Parlamento da Alemanha e o vice-presidente de Budenstag, o presidente do Grupo Socialista do Parlamento Europeu para Negócios Estrangeiros e Oleksander Feldman, membro do Parlamento da Ucrânia.

O Painel 3 “Anti-Semitismo, Anti-Judaísmo, definindo as fronteiras do legítimo criticismo” foi aberto pelo Diretor do Internacional Center for the Study of Antisemitism da Universidade Hebraica de Jerusalém,

professor Robert Wistrich, atuando como debatedores Dr. Anthony Julius, professor da Universidade de Londres, um professor da Universidade de Jerusalém e um professor da Universidade de Yale.

O Painel 4 contou com participantes de vários lugares que falaram sobre os modelos adotados em seus países, os quais tiveram sucesso no combate ao anti-semitismo, assim como o compromisso de seus governos nesse combate.

No Painel 6 “Anti-semitismo na Mídia e na Internet” falou um jornalista representante dos Direitos Humanos do Canadá. Esse Painel contou com a participação da professora Dina Porat da Universidade de Jerusalém que

abordou a questão da singularidade do Holocausto e do Anti-Semitismo.

Na Sessão dedicada ao anti-semitismo na “Academia e nos Círculos Intelectuais”, Anita Novinsky que foi a única representante do Brasil, proferiu a conferência sobre *O Anti-Semitismo nas Universidades*. Neste painel pronunciaram-se diversos professores. Em sua exposição Anita Novinsky chamou a atenção dos presentes para a inexistência do anti-semitismo no Brasil, mostrando que nem o governo, nem o povo brasileiro são anti-semitas. Entretanto, advertiu para o perigo da proximidade do anti-israelismo com o anti-semitismo. Terminou lembrando os ilustres homens de Estado, parlamentares, ministros e intelectuais presentes que a primeira vitória de Hitler foi nas Universidades.

A Conferência de Encerramento foi realizada pelo famoso historiador inglês, Sir Martin Gilbert.



Anita Waingort Novinsky

Em Cartagena das Índias, Zilda Iloki representa o LEI-USP na Conferência Regional Latino Americana e Caribenha sobre o Educação Superior

Realizou-se em junho deste ano a Conferência Regional Latino Americana e Caribenha cujos objetivos foram definidos em junho de 2007, no sentido de responsabilizar os governo dos países da América Latina e Caribe em formular a agenda necessária às transformações do Ensino Superior, com vista à inclusão da maioria dos jovens em um sistema universitário capaz de desenvolver o espírito crítico, a preservação e ampliação do construto étnico-cultural das populações dos vários países. A participação da professora Zilda Márcia Gricoli Iloki representando o LEI foi muito significativa, uma vez que os eixos da agenda centraram-se na solidariedade, autonomia e na defesa do conhecimento libertador e preservador da vida no planeta, valores que representam o esforço de nosso laboratório em seu programa educacional. Para isso, os Ministros da Educação foram responsabilizados a apresentarem na Conferência de 2008 os programas de desenvolvimento, as estratégias implementadas e as redes de cooperação entre os países do Sul (América Latina e Caribe, África, Oriente Médio e Ásia). A análise da reunião será debatida na Conferência Mundial de 2009 em Paris.

Vide declaração aprovada na conferência no site da CRES / IESALC 2008: <http://www.cres2008.org/pt/index.php>.



O Laboratório de Estudos sobre a Intolerância traz a Profa. Jill Betz Bloom para o Brasil

O Centro de Estudos sobre Psicanálise e Intolerância CEPI, com o apoio do Laboratório de Estudos sobre Intolerância promoveu em fevereiro de 2008 uma série de encontros com a Profa. Jill Betz Bloom, Ph.D., psicóloga, psicanalista, doutora pela *Boston College* e professora titular de psicologia na *Massachusetts School of Professional Psychology* (Escola Superior de Psicologia) de Boston, EUA.

Com sua apresentação intitulada “Concepções Contemporâneas sobre Preconceito e Intolerância Uma Perspectiva Psicanalítica” (cópia do texto no portal do LEI), aconteceram três eventos: um encontro fechado com o CEPI e seus grupos parceiros, no dia 18/02; uma conferência aberta para o público e pesquisadores do LEI, no auditório da Casa de Cultura Japonesa, na USP, no dia 20/2/2008; e um workshop também aberto ao público que ocorreu na tarde do dia 22/02 para debater as questões trazidas

pela Dra. Bloom e que contaram com um grande número de interessados, estudantes, professores, pesquisadores e público em geral.

A partir de suas reflexões, a Dra. Jill Bloom nos apontou que a intolerância e o preconceito são fenômenos instáveis, que assumem valores e significados diferentes para cada pessoa e que diferem,

dependendo do contexto cultural, social, histórico, econômico e político. Para melhor compreender e analisar esse fenômeno precisamos contextualizá-lo em sua dimensão histórica, dinâmica e multidimensional.

Dra. Bloom alerta ainda que os conceitos de intolerância e de preconceito trazem em si um problema de definição, não por uma questão semântica, mas pela insuficiência de suas definições já que palavras e conceitos não são termos estáticos nem universais, mas sim dinâmicos, históricos e culturais, que sofrem mudanças em relação ao uso, motivação e contexto no tempo e espaço.

A psicanálise nos permite reconhecer que esses fenômenos são essencialmente humanos, sendo por isso impossível erradicá-los. Daí a necessidade de compreendê-los e lidar com eles em sua dimensão psicológica e inconsciente, como consequência, ainda que

indesejável, de mecanismos psíquicos, como a projeção e a identificação projetiva, entre outros. Daí a contribuição da psicanálise enquanto uma perspectiva ampla, que proporciona uma análise estrutural do funcionamento inconsciente, das necessidades, dos desejos, das motivações, das fantasias e dos medos.



LEI organiza o “Centenário de Nascimento Leôncio Basbaum: desafios e perspectivas do marxismo”

Aconteceu no Centro Universitário “Maria Antonia”, nos dias 13 e 14 de setembro de 2007, o Seminário “Centenário de Nascimento Leôncio Basbaum: desafios e perspectivas do marxismo”. Organizado pelo LEI, com coordenação da Profa. Zilda Iokoi, o Seminário procurou retomar a potencialidade do pensador radical e historiador Leôncio Basbaum (1907-1969) que protagonizou momentos decisivos na história nacional, analisando os descaminhos e as alternativas que no entendimento da relação personagem e processo podem abrir novas veredas para um tempo de desencantamento.

A contribuição de Leôncio Basbaum foi fundamental para a reflexão crítica dos processos colonial e da formação do estado nacional, decisivos no debates sobre o Brasil. Ao longo das décadas de 1930 e 1950, períodos onde a reflexão teórica resvalou projetos e modos de funcionamento tanto da economia como das sociedades brasileira e latino-americana, manifestou sua compreensão sobre o processo de desenvolvimento brasileiro divergindo de intelectuais como Gilberto Freyre, Roberto Simonsen e Francisco Campos. Diferentemente desses pensadores, Basbaum considerou a necessidade de transformações sociais tanto na estrutura da terra como na formulação dos direitos dos trabalhadores. Autor de quinze livros registrou suas preocupações com a sociologia, temas do desenvolvimento, identidade e alteridade, história, memória, sendo mais conhecido pela coleção em quatro volumes denominada *História Sincera da República*. Em *Uma vida em seis tempos*, generosamente deixou relatos importantes da relação história e memória, escrevendo sobre os mecanismos de apreensão do pensamento de Marx, da presença do Partido Comunista na política nacional, seu engajamento nas fileiras revolucionárias, decepções e análise dos quadros do partido. O seminário foi constituído por sete painéis com a participação de intelectuais como do escritor e dramaturgo Hersch Basbaum, jornalista Izrael Febrot, Marieta de Moraes Ferreira (CPDOC), Armando Boito (CEMARX), Jorge Grespan (USP), Marcos del Roio (UNESP/Marília), entre outros.



SEMINÁRIO DISCUTE DIREITO DOS ANIMAIS

Por Laerte Levai

No dia 7 de dezembro de 2007 o Laboratório de Estudos sobre a Intolerância realizou, no auditório da Casa da Cultura Japonesa, o seminário "Direitos animais em debate", organizado pela Diretora Executiva do LEI, Professora Doutora Zilda Márcia Gricoli Iokoi e pelo antropólogo Professor Doutor Renato da Silva Queiroz. O evento, pioneiro dentro da USP, contou com a presença dos juristas Laerte Fernando Levai e Vânia Rall Daró que discorreram sobre o tema da intolerância e da crueldade humana para com diferentes espécies animais. A participação de etólogos e primatologistas do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo permitiu um debate mais aprofundado a respeito dos novos desafios do Direito e dos limites éticos da Ciência. Conclusão disso tudo? A de que o reconhecimento dos direitos dos animais é algo indissociável dos próprios direitos humanos.

O mais importante é que o seminário na USP não permaneceu restrito ao campo das idéias. Ele frutificou: no início deste ano o Laboratório de Estudos sobre a Intolerância formou um núcleo de estudos sobre os direitos animais, integrado por pesquisadores da área jurídica, histórica, antropológica, filosófica, social e científica. Sua proposta de trabalho, destinada a um público amplo, pretende mostrar como diferentes tradições culturais interagem com os animais não-humanos, mediante a difusão de textos, de imagens, de palestras, de seminários etc. Acredita-se que, sob a perspectiva da ética, o grupo poderá trazer novos subsídios intelectuais para a conscientização das pessoas e, conseqüentemente, afastar a intolerância humana em relação aos animais.

Apesar de a Constituição Federal brasileira ser contrária à violência para com os animais, preconizando a ampla proteção da fauna (artigo 225, parágrafo 1º, inciso VII), o que acontece na prática é justamente o contrário. Basta dizer que, em diversas localidades do País, animais ainda são perseguidos, maltratados e explorados até o limite de suas forças. Basta enxergar o que se esconde sob o véu dos espetáculos públicos, nas arenas, nas jaulas e nos picadeiros. Basta conhecer o drama dos animais submetidos às agruras da criação industrial, aos horrores dos matadouros e às invasivas experiências científicas, dentre tantas outras situações em que se lhes impinge dor e sofrimento. Tratados, via de regra, como mercadoria, matéria-prima ou produto de

consumo, os animais do ponto de vista jurídico têm negada sua condição de seres sensíveis.

Pela concepção finalística do Direito, os animais e os ecossistemas existem apenas para servir ao homem. A filosofia moral tradicional também os exclui do campo de suas preocupações. Sob o prisma antropocêntrico, os animais deixam de ter seu valor inerente para se tornarem objetos de uso, diversão ou consumo humano. Da mesma forma, a natureza perde sua condição de "todo vivo", transformando-se em mero recurso instrumental. As sociedades contemporâneas, na busca daquilo que denominam progresso, deslocaram seu eixo de ação do *ser* para o *ter*, como se o *existir* somente se justificasse em função do *usufruir*. Daí a importância da educação para a mudança desse estado de coisas, mostrando que a natureza e os animais merecem ser protegidos pelo que eles são, e não apenas em função do que podem propiciar ao homem.

Cabe ainda dizer, nesse contexto, que o respeito aos Direitos Humanos passa pelo respeito amplo aos animais e à natureza. Uma coisa está ligada à outra. A visão especista, entretanto, acaba estigmatizando os seres vulneráveis, sabido que inúmeras expressões da intolerância atingem espécies sencientes indefesas. É por esse motivo que a busca pela transformação de uma realidade social assume caráter político-pedagógico, voltando-se para uma mudança de valores que privilegie a solidariedade. Não se trata de menosprezar os deveres do homem em relação aos seus semelhantes mas reconhecer que a postura ética, na sua plenitude, supera a barreira das espécies, acolhendo a um só tempo pessoas, plantas e animais.

O Núcleo de Pesquisa Sobre Direitos dos Animais, que se forma no LEI, pretende contribuir para essa tão necessária quanto urgente mudança de paradigma, algo que permita integrar a sociedade humana ao restante da natureza. Afinal, a ampliação do rol dos titulares de direitos, longe de restringir o alcance dos Direitos Humanos, expande as fronteiras da ética e dignifica o próprio homem.



Laerte Levai

LEI 

LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE A INTOLERÂNCIA

O DIREITO DOS ANIMAIS EM DEBATE

7 de dezembro de 2007
das 14h às 18h

Coordenador
Prof. Dra. Zilda Márcia Gricoli Iokoi - Departamento de História - FFLCH/USP

Expositor
Dr. Laerte Fernando Levai - Promotor de Justiça de São Jose dos Campos

Comentadores
Prof. Dr. César Ades - Instituto de Psicologia - USP
Prof. Dr. Renato da Silva Queiroz - Departamento de Antropologia - FFLCH/USP

Debatedores
Prof. Dr. Eduardo Ottoni - Instituto de Psicologia - USP
Prof. Dra. Patrícia Izar - Instituto de Psicologia - USP
Profa. Dra. Briseida Dogo Rezende - Instituto de Psicologia - USP
Fernanda Lacerda - Instituto de Psicologia - USP
Dra. Vania Rall Daró - Advogada

Local
Anfiteatro da Casa da Cultura Japonesa
Av. Prof. Lineu Prestes, 159 - Cidade Universitária - São Paulo - SP

Informações
Tel.: (5511) 3091-2441
email: lei@usp.br

Seminário Internacional de Filosofia reúne pesquisadores franceses, docentes da PUC São Paulo e do LEI/USP em torno do tema “Injustiça”

Por Maria Constança Peres Pissarra

O Grupo de Pesquisa em Ética e Filosofia Política é um grupo de pesquisa cadastrado no CNPq, bem como um grupo de trabalho da ANPOF Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia. Desde seu início é coordenado pela Profa. Dra. Maria Constança Peres Pissarra, do Departamento de Filosofia da PUC/SP e tem, entre seus membros, professores deste e outros Departamentos, assim como professores de outras universidades..

Em razão desse caráter interinstitucional, realizou seu I Colóquio em 2003, na cidade de Goiânia, cujo tema foi a reflexão sobre “Questões em torno da soberania e do poder” no qual buscava-se pensar o poder e a soberania a partir de uma perspectiva ético-política. Questões adjacentes como cidadania, direitos humanos, justiça, paz e democracia se mostraram importantes para a construção do conceito de política baseado no reconhecimento das diferenças e no respeito à dignidade humana.

Posteriormente, para dar continuidade às discussões iniciadas em Goiânia, o GT escolheu o tema “O conceito de natureza e suas implicações ético-políticas” para o II Colóquio realizado em SP, em 2005. Em um primeiro momento, os trabalhos apresentados pelo GT no XI Congresso da ANPOF em Outubro de 2004, em Salvador, já haviam tratado deste tema. Com o desdobramento desse encontro, outros temas foram abordados como natureza, poder, ordem, liberdade, indivíduo e justiça.

Desse modo, neste III Colóquio o GT propôs-se como tarefa o amadurecimento de questões que há tempo norteiam o interesse de suas pesquisas, procurando subsídios a indagação sobre os fundamentos e as perspectivas da ética e da filosofia política transformando-a em um projeto maior de pesquisa para os próximos anos. O tema da injustiça foi, então, escolhido como norteador deste terceiro encontro, uma vez que ela tem um estatuto próprio: a injustiça não é apenas uma negação da idéia de justiça, ao contrário, ela tem sua própria positividade.



COLOQUIO
Sobre a
INJUSTIÇA

Dias 22, 23, 24 e 25 de abril de 2008

Local: PUC/SP - Perdizes - Auditório 333
Inscrições: 3670-8417
e-mail: posfil@pucsp.br

Organizadores :
- Grupo de pesquisa em Ética e Filosofia Política - Departamento de Filosofia da PUC/SP
- Groupe d'Études sur le Matérialisme Rationnel - GEMR/Paris
- Fondation Gabriel Péri (Paris), Revista Pensée

Apoio : LEI - Laboratório de Estudos da Intolerância da USP

A importância da reunião para o GT pode ser resumida nos seguintes pontos:

1. promover espaços e participar de discussões de temas sobre ética e filosofia política com participantes de outras Universidades;
2. trazer à comunidade acadêmica de São Paulo a discussão a respeito do tema eleito pelo Grupo em uma perspectiva ético-política;
3. estimular e produzir material crítico sobre o tema;
4. consolidar a proximidade com outros grupos de pesquisa, como o LEI (Laboratório de Estudos da Intolerância) e o GEMR (Groupe d'études sur le rationalisme rationnel).



Nova Consciência, em Campina Grande, Exemplo de tolerância e convivência com a diversidade religiosa

Anita Novinsky recentemente participou, como conferencista convidada, de um evento organizado por um grupo que se denomina “Amigos da Torá”, em Campina Grande. Este evento estava inserido em um maior, chamado Nova Consciência, que reúne todos os anos centenas de indivíduos pertencentes à religiões e seitas diferentes. Campina Grande, no estado da Paraíba, é uma cidade de aproximadamente 400 mil pessoas e sete universidades.

O grupo “Amigos da Torá” é constituído de brasileiros natos há muitas gerações. Hoje, se encontraram no judaísmo e têm um líder que lhes ensina a Torá, a língua hebraica assim como a história que os trouxe, há cinco séculos, para o Brasil.

Realizado durante o período de Carnaval, o evento proporcionou várias conferências sobre história, cultura, religião e política, apresentações de danças, livros e culinária típica judaica.



Imagem pertencente ao acervo do Museu do Prado - Espanha

CURSO ON LINE INQUISIÇÃO E INTOLERÂNCIA NA PENÍNSULA IBÉRICA E NO BRASIL

O Laboratório de Estudos sobre a Intolerância ofereceu, no período de 05 de maio a 26 de junho de 2008, o curso *on line Inquisição e Intolerância na Península Ibérica e no Brasil*, coordenado pela Professora Anita Novinsky.

O curso teve como objetivo oferecer aos interessados no tema do Santo Ofício da Inquisição em Portugal e no Brasil, os resultados das últimas pesquisas realizadas no campo dos estudos inquisitoriais, principalmente sobre os crimes perpetrados contra a população que tinha remotas origens judaicas. Manuscritos inéditos, principalmente pertencentes ao Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo em Portugal, têm revelado aspectos surpreendentes da história do Brasil até hoje desconhecidos. A qualidade da gente que povoou o Brasil, suas origens étnicas e religiosas, suas vidas familiares, atividades econômicas, crenças e mentalidades, como também as perseguições que sofreu durante 300 anos pelo Santo Ofício da Inquisição, foram apresentados neste curso.

Durante o curso foram discutidos temas como os primeiros marranos da Península Ibérica, a Inquisição e a perseguição às mulheres, as origens judaicas dos bandeirantes paulistas, o anti-semitismo na Companhia de Jesus, os

judeus pioneiros na colonização de Nova Amsterdam, (atual Nova York), estudos de casos, como a vida trágica do poeta cristão novo Bento Teixeira e os vínculos do imperador D. Pedro II com os judeus e o judaísmo.

O curso teve 256 inscritos de vários estados do Brasil e também do exterior os quais visitaram frequentemente as aulas e participaram ativamente dos *chats* realizados.

CURSO ON LINE REFLEXÕES PSICANALÍTICAS SOBRE A INTOLERÂNCIA

A Psicanálise, como um saber a respeito do psiquismo e das condições de desenvolvimento do ser humano, pode e deve dar sua contribuição às reflexões sobre a compreensão das experiências de intolerância vividas no passado e na atualidade.

No início de seu trabalho Freud interessou-se pelas questões subjacentes ao sofrimento psíquico, buscando suas raízes e desvelando a existência do inconsciente. Estudioso e praticante da psicanálise, percorrendo os mais diversos caminhos, sem se deterem frente a terríveis obstáculos, como momentos autoritários vividos no século XX, continuaram sua obra libertária e libertadora, aprofundando cada vez mais seus conhecimentos, tanto nos âmbitos da vida individual como na coletiva.

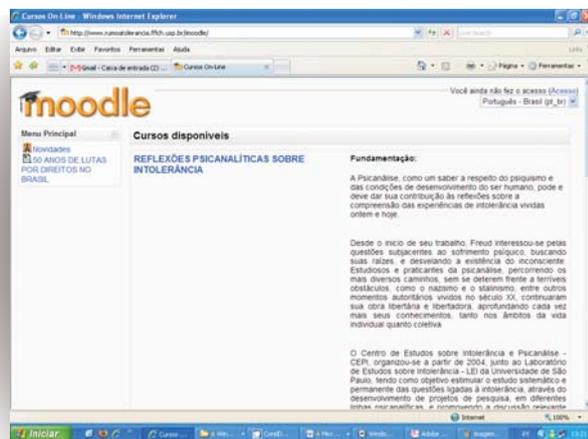
O Centro de Estudos sobre Intolerância e Psicanálise - CEPI, criado em 2004, organizou-se com o Laboratório de Estudos sobre Intolerância- LEI, da Universidade de São Paulo, com o objetivo estimular o estudo sistemático e permanente das questões ligadas à intolerância, através do desenvolvimento de projetos de pesquisa em diferentes linhas psicanalíticas e promovendo a discussão relevante e urgente sobre o tema.

Refletindo sobre aspectos humanos ligados a sentimentos, atitudes e ações de tolerância / intolerância os mais diversos, assim como sobre os aspectos emocionais presentes e passíveis de serem estudados na clínica, o Centro de Estudos sobre Psicanálise e Intolerância-CEPI pretende assim contribuir para uma melhor compreensão das diferentes formas de violência, terror e sofrimento no mundo contemporâneo.

Dentro desse propósito, o CEPI oferece a todos os interessados o curso *on line "Reflexões Psicanalíticas sobre Intolerância"* no qual serão discutidos diferentes temas estudados por seus pesquisadores e, apresentadas algumas das orientações teóricas psicanalíticas no estudo da intolerância.

No curso, serão abordados os seguintes temas gerais: - Visão Psicanalítica da Intolerância; - Raízes da Intolerância e Processo Civilizatório; - A Experiência de Intolerância do Deficiente; - Intolerância nas Relações Familiares; - Intolerância, Moda e Pós-Modernidade; - A Experiência de Intolerância com O Outro - O Imigrante; - Intolerância e Lugar do Analista na Clínica; - Intolerância e Experiência Religiosa.

Início: 26 de agosto - Término: 18 de novembro - Duração: 9 aulas / O Curso será disponibilizado em Português e, posteriormente, em Espanhol e Inglês.



CURSO ON LINE PANORAMA HISTÓRICO DO HOLOCAUSTO

O curso tem como objetivo transmitir conceitos básicos sobre o tema do Holocausto através de uma resenha histórica dos eventos que levaram a sua concretização e de uma análise das condições sociais e econômicas do período, permitindo uma discussão sobre suas conseqüências e eventos paralelos no mundo contemporâneo.

Trata-se de um estudo histórico do Holocausto, abordando desde as origens do anti-semitismo e as conseqüências político-econômicas da derrota alemã na Primeira Guerra Mundial, até sua execução em toda a Europa pela Alemanha nazista nos anos 1933-1945. A perseguição aos judeus e outras minorias, a criação das leis anti-semitas, de guetos e campos de concentração, trabalho e extermínio, as deportações e execuções em massa que levaram ao genocídio do povo judeu na Europa ocupada. A libertação dos sobreviventes e sua condição no fim da Segunda Guerra Mundial e a criação do Estado de Israel.

Será dividido em 9 aulas on-line, publicadas em formato PDF/HTML ilustradas com trechos de filmes, poemas, canções, fotografias e ilustrações, cópias de textos e documentos da época.

Três chats para consultas, ao vivo, os professores participantes, um ao final de cada bloco de aulas. Terá ainda Fórum de discussão entre os participantes durante a realização do curso.

Inscrições de 8 a 30 de setembro de 2008 pelo sistema "e-moodle" no Portal "Rumo à Tolerância" (<http://www.rumoatolerancia.fflch.usp.br/imoodle/>)

Aula inaugural em 2 de outubro e aula de encerramento em 1 de dezembro de 2008
Coordenação: Prof. Dr. Samuel Feldberg

Curso on-line
PANORAMA HISTÓRICO DO HOLOCAUSTO

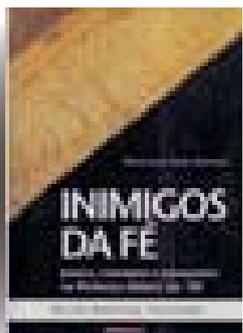
Inscrições de 8 a 30 de setembro de 2008 pelo sistema "e-moodle" no Portal "Rumo à Tolerância" (<http://www.rumoatolerancia.fflch.usp.br/imoodle/>)
Aula inaugural em 2 de outubro e aula de encerramento em 1 de dezembro de 2008
Realização: Grupo de Pesquisa "Holocausto e Anti-Semitismo" do Laboratório de Estudos sobre a Intolerância da Universidade de São Paulo
Coordenação: Prof. Dr. Samuel Feldberg



Gabinete de investigação:
Uma "caça aos judeus" sem precedentes
Anita Waingort Novinsky
 São Paulo: Humanitas, 2008

Durante 3 séculos, cristãos-novos (descendentes de judeus convertidos ao Catolicismo em Portugal em 1497) foram procurados pelos agentes da Inquisição sob suspeita do crime de Judaísmo nas mais distantes regiões do mundo: América, Índia,

Holanda, Inglaterra, França, Levante, Norte da África, Itália etc. Neste quarto volume de Documentos Publicados da Coleção Fontes Inéditas para a História do Brasil e de Portugal, por Anita Novinsky, é apresentado um registro de nomes de cristãos-novos (marranos) residentes no Brasil e na Holanda, principalmente durante os anos em que a Holanda ocupou o nordeste brasileiro. Fonte imprescindível para os estudiosos da Inquisição portuguesa, este livro permite a reconstituição de laços familiares e de redes comerciais no século XVII entre Brasil, Portugal e Holanda. Muitos dos cristãos-novos registrados foram presos ou mortos.



Inimigos da fé:
Judeus, conversos e judaizantes na
Península Ibérica (século XVII)
Renata Rozental Sancovsky
 Rio de Janeiro: Imprinta Express, 2008

A conversão forçada dos judeus ao cristianismo e os comportamentos sociais de resistência e dissimulação dos batizados foram - até agora, principalmente, temas relativos à Ibéria da época moderna. No livro

de Renata Rozental Sancovsky, originalmente tese de doutoramento defendida junto ao Departamento de História Social da Universidade de São Paulo sob a orientação de Anita Novinsky, essas questões foram levadas para a época visigoda, colocando ali a origem desse legado de perseguição e intolerância.

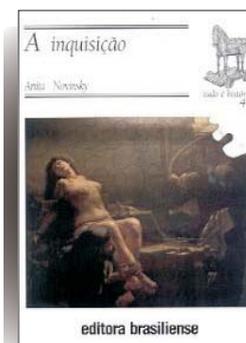
A partir do século VI, a Península Ibérica Visigoda se vê envolvida na elaboração de um projeto político de unidade religiosa, orientada pela adoção legal, institucional e intelectual do Cristianismo Católico (niceno). Neste momento, a questão judaica tornou-se central para os

visigodos e, para assegurar a unidade, os batismos em série, determinados pelo Estado, passaram a ser parte do cotidiano no século VII. A autora estuda o cotidiano dessas comunidades de conversos tendo como base "juramentos" e "confissões públicas" da documentação visigoda. De maneira original, complementa essas fontes visigodas com as judaicas, especialmente a literatura rabinico-talmúdica, apontando sua influência nos valores "marranos" construídos pelos primeiros "batizados em pé" da Península Ibérica.

A História Intelectual ibérica demonstra a perpetuação do estigma judaico de povo deicida, reafirmando a necessidade da destruição da cultura judaica pela impossibilidade da convivência judaico-cristã e a conseqüente necessidade de conversão de todos os judeus. As conversões obrigatórias, longe de resolverem a questão judaica visigoda, construíram um novo sujeito histórico o "converso" - visto como versão deteriorada do Judaísmo e submetido a um novo conjunto de estigmas que jamais se apagariam do imaginário espanhol, ressurgindo nas ações do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição.

No livro, a autora reinterpreta as raízes medievais do fenômeno converso no mundo ibérico, dando particular ênfase ao anti-semitismo com fundamentos na patrística clássica. Apresenta a historiografia espanhola sobre o tema, estudando a construção do mito do "homo hispanus", resultante do legado godo. Faz ainda uma extensa análise das fontes canônicas, e da legislação visigoda, e identifica os primeiros focos de conversões forçadas nas ilhas Baleares, estudando o pensamento de Severo, bispo da diocese de Menorca (século V). O livro mostra que o mesmo pensamento que legitimou as conversões obrigatórias de judeus defendia, também, concepções universalizantes de salvação humana e de supremacia mitológica das monarquias ibéricas e de sua Igreja no seio da chamada "Cristandade".

A Inquisição
Anita Waingort Novinsky
 (11a ed.) Coleção Tudo é História
 São Paulo: Brasiliense, 2008



Vinte e cinco anos se passaram desde que a Editora Brasiliense, fiel ao seu espírito pioneiro e inovador, incluiu na sua coleção *Tudo é História*, este pequeno livro sobre a Inquisição. Desde então, muito se tem escrito sobre o assunto, e cada vez maior é o interesse que o "Santo" Ofício da Inquisição vem despertando, tanto entre as comunidades científicas, quanto entre o vasto público.

Durante três séculos o Estado e a Igreja privaram o colono luso-brasileiro da livre crença, e da liberdade de consciência. Foi a Inquisição responsável pela estagnação intelectual da vida colonial, centrando em torno da Igreja, todas as diretrizes da vida, transmitindo a idéia de pecado, que marcou a todos os homens com o estigma da culpa. Essa instituição, política e religiosa, vigiou, controlou e direcionou a vida da sociedade brasileira colonial, influenciou na política da governança orientando as decisões da Coroa, eliminando seus mais criativos cidadãos e expatriando os mais vigorosos pensadores da época. Apesar de todas as promessas de punição, a Inquisição não conseguiu fazer calar as inquietações, a solidariedade e a busca de novas mensagens, e as heresias se propagavam pelo Brasil. As mais autênticas expressões de fé, não oficiais, permearam toda história colonial, desaguando algumas fortes outras apagadas, no próprio século XX.

A resistência dos colonos luso-brasileiros e espanhóis à imposição forçada da religião, dos valores, dos costumes, foi silenciosa e clandestina. Garcia da Orta, Antonio José da Silva, Padre Antonio Vieira, Juan de Vives, Frei Luis de Leon, Fernando Rojas e tantos outros. Foram esses hereges a verdadeira glória de Portugal e da Espanha e não seus religiosos, guerreiros e governantes.

O recrudescimento em nossos dias dos nacionalismos, do anti-semitismo, dos ódios raciais, dos antagonismos religiosos, da xenofobia, mostra que, apesar de todo progresso técnico, os homens ainda carregam consigo, viva a herança destrutiva do passado.

A reedição desta breve síntese sobre a Inquisição oferece aos estudantes e interessados, o retrato de um passado de crueldades que teima em se repetir e cujo conhecimento, como dizia o saudoso amigo Celso Furtado, é fundamental para a compreensão do Brasil de hoje e do mundo de hoje.



Preconceito e intolerância na linguagem

Marli Quadros Leite

São Paulo: Contexto, 2008

O livro *Preconceito e intolerância na linguagem*, de Marli Quadros Leite, agrada qualquer que seja a perspectiva escolhida: bem escrito, desenvolve o tema sempre atual do preconceito e da intolerância, insere-se com segurança no quadro dos estudos

lingüísticos, apresenta análises atraentes e sólidas de discursos veiculados, sobretudo, pela imprensa escrita.

A autora reúne alguns resultados da pesquisa que desenvolve há vários anos na Universidade de São Paulo e, em especial e mais recentemente, no âmbito do Laboratório de Estudos sobre a Intolerância-LEI. Dos projetos de pesquisa do laboratório participam antropólogos, historiadores, estudiosos de literatura, sociólogos, filósofos, psicólogos e lingüistas. Entre esses projetos encontra-se o de estudo das formas lingüísticas de intolerância e de preconceito, e de resistência a essas manifestações, em que a pesquisa tem principalmente três direções: o estudo das intolerâncias em relação a outras línguas, as *estrangeiras*; a análise dos preconceitos que determinam socialmente os usos de uma mesma língua; o exame dos procedimentos de construção dos discursos intolerantes nas diferentes sociedades. As reflexões e pesquisas de Marli Quadros Leite inscrevem-se, principalmente, nas duas últimas direções apontadas e produzem, assim, conhecimento novo sobre a organização lingüística e social do país.

O livro segue três caminhos: o primeiro, mais teórico, estabelece conceitos adequados ao exame da intolerância e do preconceito na linguagem, com as preocupações principais de diferenciar e precisar as noções de intolerância e de preconceito, e de aproximar as de norma

lingüística e de intolerância; já o segundo realiza análises e leituras de diferentes tipos de discursos da mídia em busca das formas explícitas e dos *vestígios* de preconceito nesses discursos, e das marcas de intolerância lingüística na imprensa escrita; e o terceiro caminho aponta as decorrências dessas formas de intolerância na educação. Articulam-se, assim, a atualidade e a novidade do debate teórico sobre a intolerância, com análises bem acabadas dos discursos da imprensa escrita, em que a intolerância se mostra em comentários claros ou se deixa entrever como *respingos* de preconceito e, ainda, com a contribuição significativa para uma educação lingüística menos marcada pela intolerância.

Este livro interessa, dessa forma, a lingüistas, educadores, jornalistas e estudiosos da comunicação, mas também a um público mais amplo, muito preocupado, em geral, com os usos lingüísticos e com as determinações sociais que sobre eles incidem, pois alia a atração do assunto escolhido com o encanto de um texto em que se somam, com coerência, as análises efetuadas e os resultados alcançados. Deve-se ressaltar finalmente que, se a intolerância e o preconceito na linguagem estão, em geral, bem camuflados nos discursos ou neles servem para esconder outras formas de intolerância, menos aceitas ou mesmo proibidas socialmente, o trabalho de Marli Quadros Leite põe à vista o que, no dizer de Guimarães Rosa, *estava tão claro como água suja*.



“Marranismo e a Fluctuatio Animi”, de Anita Waingort Novinsky, publicado em

O Anti-Semitismo nas Américas:

Memória e História

Org. Maria Luiza Tucci Carneiro

São Paulo: Edusp, 2008

Neste artigo, a historiadora Anita Novinsky analisa o fenômeno marrano através da concepção de “*fluctuatio animi*” desenvolvida por Baruch

Spinoza e descrita como uma “estrutura do espírito que nasce de dois afetos contrários do qual resulta uma ambigüidade na alma que a faz mergulhar num estado obscuro de incertezas, mergulho este que, necessariamente, engendra sofrimento”. A alma se debate ante as incertezas e não sabe para que lado se voltar. Mergulha-se numa confusão mental, não sabe o que é amado ou odiado, e sofre. Para a autora, os marranos foram párias “par excellence”. A adoção do catolicismo, voluntário ou forçado, os marcou duplamente. Nunca os judeus

Denaturalizing the American Naturalization process: The impact of America’s Immigrant history on the new immigrant

Sheila Skitnevsky Finger

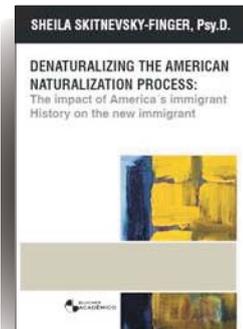
São Paulo: Edgar Blücher Acadêmico, 2008

No país cuja história se confunde com a absorção de imigrantes existem os *americanos* e os “outros”. O tratamento muda conforme a origem do imigrante

assim como as possibilidades de se desenvolverem profissionalmente. Nesse contexto, os imigrantes europeus têm uma posição privilegiada. Os brasileiros, no entanto, são vistos pela maior parte dos americanos como “latinos” sem que sejam percebidas diferenças culturais entre as diversas origens de imigrantes que compõem esse grupo imaginário.

Na tese de doutorado da psicóloga Sheila Skitnevsky Finger, “Denaturalizing the American naturalization process”, apresentada na Massachusetts School of Professional Psychology e lançada em livro no dia 20 de junho, a pesquisadora do Centro de Estudos em Psicanálise e Intolerância da Universidade de São Paulo (USP) faz uma análise psicanalítica e social de vivências de intolerância sofridas por imigrantes e estrangeiros nos Estados Unidos. O livro está disponível nos sites da Livraria Cultura [<http://www.livrariacultura.com.br>] e Saraiva [<http://www.livrariasaraiva.com.br>].

Sheila Skitnevsky Finger é Psicóloga clínica, doutora pela Massachusetts School of Professional Psychology, de Boston (EUA), sócia fundadora do Instituto Mãe Pessoa em São Paulo e pesquisadora do Centro de Estudos em Psicanálise e Intolerância da Universidade de São Paulo, CEPI LEI/USP.



foram tão odiados como quando se tornaram católicos. Ela traça um paralelo com os nazistas que odiavam mais um judeu assimilado, secularizado, do que um judeu ortodoxo. Para entender o pária marrano, a autora afirma que é preciso conhecer os mecanismos que o criaram. Primeiro: os judeus foram o único povo para o qual foi criada uma Corte de Justiça, especificamente para os vigiar e punir. Segundo: a Corte de Justiça, o Santo Ofício da Inquisição, inspirava medo e horror na população e uma incerteza e insegurança, responsáveis pela criação de uma “cultura do segredo” que durante trezentos anos marcou a mentalidade portuguesa. Terceiro: a marca da origem, o fator biológico, que excluía portugueses desde o nascimento, reforçava as suspeitas do crime de Judaísmo. Obrigados a viver divididos entre dois mundos, o judaico, interno e oculto, e do outro, o católico, externo e visível, que lhes era estranho, e do qual pouco ou nada conheciam, o cristão-novo trocava de nomes, burlava as leis, jogava com as palavras e com a sorte, temendo que fossem encontradas, no longínquo passado, algum vestígio de antepassado judeu. Traumas profundos marcaram a mentalidade portuguesa, oriundos de conflitos familiares, religiosos e que se expressam em atos praticados pelos réus, registrados nos “Livros dos Presos que se mataram na prisão e nos Livros dos Presos que enlouqueceram”, fontes ainda inexploradas.

Tese de Doutorado *O Anti-semitismo na Companhia de Jesus*

Robson Luiz Lima Santos

Orientadora: Anita Waingort Novinsky

Programa de pós-graduação em História Social - Departamento de História - FFLCH - Universidade de São Paulo

Esta pesquisa teve como objetivo demonstrar o anti-semitismo na Companhia de Jesus, apontando suas causas e consequências. A princípio, a Ordem recebeu os conversos, mas com o transcorrer do tempo, a intolerância foi se acirrando e os estigmas contra os judeus atingiram intensamente os jesuítas de origem cristã-nova. Os dirigentes da Companhia tentaram dar continuidade ao legado tolerante das primeiras gerações dos inicianos, contudo a aprovação do Estatuto de Limpeza de Sangue impediu o ingresso dos conversos, encerrando a etapa humanista da Ordem.

No trabalho, é evidenciado o papel relevante desempenhado pelos cristãos-novos na criação e no crescimento da Companhia de Jesus. São analisados os conflitos na Ordem devido ao recebimento dos conversos, entre jesuítas cristãos velhos, nobreza, membros influentes das coroas ibéricas e Tribunal do Santo Ofício.

Dissertação de Mestrado *Judeus e Marranos no Brasil Holandês: Pioneiros na colonização de Nova York (século XVII)*

Daniela Levy

Orientadora: Anita Waingort Novinsky

Programa de pós-graduação em História Social - Departamento de História - FFLCH - Universidade de São Paulo

Os holandeses ocuparam durante 24 anos o nordeste brasileiro: (1630-1654). Nesse período, Pernambuco se transformou em uma verdadeira metrópole, com vida cultural intensa onde poetas, cientistas e filósofos tornaram o Brasil um centro intelectual único na América do Sul.

No ano de 1654, os portugueses reconquistaram o Nordeste e os holandeses foram expulsos. Junto com os holandeses saíram cerca de 600 judeus, pois no império português só a religião católica era permitida. Após sofrerem várias dificuldades durante a viagem, 23 brasileiros; homens, mulheres e crianças, conseguiram chegar à Nova Amsterdã, atual Nova York.

Depois da guerra pela independência norte americana, os descendentes de brasileiros judeus alcançaram plena cidadania. A religião deixou de ser empecilho. Os judeus não eram mais uma minoria "tolerada", mas cidadãos norte americanos plenos.

Os brasileiros e seus descendentes espalharam-se por diversas regiões dos Estados Unidos, e sobressaíram-se na luta pelos direitos civis, pela tolerância e liberdade. Em Nova York ergue-se um monumento em homenagem aos 23 brasileiros.

Dissertação de Mestrado *Marcas de intolerância no combate aos estrangeirismos: o caso dos galicismos na língua portuguesa*

Maria Aparecida Cabañas

Orientadora: Marli Quadros Leite

Programa de pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa FFLCH - Universidade de São Paulo

Esta dissertação é um estudo sobre os estrangeirismos, em especial os galicismos, e a reação purista que a aceitação e o uso desses termos causou a partir da segunda metade do século XIX. Neste trabalho descrevemos as marcas de intolerância lingüística presentes no discurso de Cândido de Figueiredo, gramático português que muito lutou para evitar a entrada de galicismos na língua portuguesa. Além disso, verificamos a concepção de estrangeirismo que vigorou nesse período e as principais causas da importação de palavras. Os resultados obtidos foram que, a importação de palavras é um fenômeno lingüístico importante na evolução das línguas; há marcas de intolerância lingüística na metalinguagem de Cândido de Figueiredo e que, apesar das severas críticas e do discurso intolerante, muitos dos galicismos rejeitados pelo gramático entraram para a língua portuguesa e continuam em uso e em pleno vigor. Nessas condições, a elaboração desta pesquisa proporcionou a compreensão das causas da reação purista no combate aos galicismos.

Dissertação de Mestrado *Os Consultórios gramaticais: um estudo de preconceito e intolerância lingüísticos*

Iara Lúcia Marcondes

Orientadora: Marli Quadros Leite

Programa de pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa FFLCH - Universidade de São Paulo

Esta dissertação tem como principal objetivo caracterizar os consultórios gramaticais como gênero discursivo, observar o discurso metalingüístico presente nos enunciados desse gênero e levantar as marcas de intolerância e preconceito lingüísticos nos enunciados dos consultórios gramaticais. Utilizamos como método de pesquisa a Análise do Discurso e como base teórica a Teoria da Enunciação e a Teoria dos Gêneros Textuais. O *corpus* para a pesquisa é composto por consultórios gramaticais impressos no início do século XX e por consultórios digitais, veiculados atualmente na internet. Com a pesquisa, confirmou-se a hipótese de que as marcas de preconceito e intolerância lingüísticos é uma característica do gênero consultório gramatical.

Dissertação de Mestrado *As mulheres no Assentamento de Sumaré: um estudo de caso*

Claudia Deboni

Orientadora: Zilda Márcia Gricoli Iokoi

Programa de pós-graduação em História Social - FFLCH - Universidade de São Paulo

Este trabalho analisa a trajetória do Grupo Mulheres da Terra, cuja formação ocorreu na área II do Assentamento de Sumaré, no ano de 1985, no Estado de São Paulo. O grupo possui um percurso histórico de 22 anos, na perspectiva de conquistas sociais garantidas na Constituição aprovada em 1988. Terra, trabalho, moradia, educação, transporte, saúde e equidade nas relações de poder entre homens e mulheres. Foram os temas que nortearam suas ações que engendraram conquistas para todos os membros do assentamento.

O percurso da pesquisa conduziu-nos ao encontro de vários atores sociais, envolvidos em diversas estratégias de resistência e circunscritos às ações de inúmeros mediadores sociais, empenhados na defesa da reforma agrária. Ao longo de duas décadas, inúmeros projetos foram desenvolvidos entre o Grupo Mulheres da Terra e os agentes mediadores. Muitos encontros e desencontros aconteceram pelo caminho. Para compreender o papel da trajetória do Grupo na história do assentamento, e nas relações de gênero dentro dele como percurso de movimento social que se consagrava como espaço da luta pela terra, tomamos a História Oral de Vida das mulheres que participaram da trajetória do Grupo Mulheres da Terra da área II do assentamento de Sumaré como uma das fontes privilegiada de nosso estudo.

Tese de Doutorado *A Educação Escolar no Assentamento Rural Pirituba II do Sudoeste Paulista (1984-2004)*

Edvaneide Barbosa da Silva

Orientadora: Zilda Márcia Gricoli Iokoi

Programa de pós-graduação em História Social - FFLCH - Universidade de São Paulo

A presente pesquisa refere-se ao processo de escolarização de crianças e jovens do assentamento Pirituba II, localizado nos municípios de Itapeva e Itaberá, região sudoeste paulista. Trata-se de um Projeto de Assentamento Rural (PA) que está sob a responsabilidade da Fundação Itesp, sendo resultado das ocupações de terras realizadas por famílias camponesas nos anos de 1980, as quais se organizaram em entidades sindicais, pastorais e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A educação básica tornou-se uma realidade no lugar, devido às lutas por direitos, organizadas, sobretudo pelo MST. No total são cinco escolas públicas que atendem os filhos dos camponeses assentados. Adentramos nessas escolas para analisar a natureza do projeto político-pedagógico, com a pretensão de verificar se ocorreram práticas dialógicas entre educadores, educandos e famílias que participam do MST.

Dissertação de Mestrado *Intolerância Lingüística e Imigração*

Alexandre Marcelo Bueno

Orientadora: Diana Luz Pessoa de Barros

Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Lingüística Geral - FFLCH - Universidade de São Paulo

Este trabalho tem por objetivo analisar o fenômeno da intolerância lingüística na relação entre, sociedade e Estado brasileiros, e imigrantes. Nosso *corpus* consiste em leis e textos do período compreendido entre 1875 e 1945. Dessa forma, examinamos decretos e leis que organizaram o processo migratório os quais trataram da naturalização de estrangeiros. Analisamos três textos de autores representativos da sociedade na Monarquia, na Primeira República e na Era Vargas (Menezes e Souza, Silvío Romero e Oliveira Viana, respectivamente). Depoimentos de imigrantes e uma autobiografia foram também analisados para apresentar a perspectiva daqueles que sofreram a intolerância. Para realização dessas análises, utilizamos como referencial teórico a semiótica discursiva de linha francesa.

O Labirinto do Fauno:

Escolha e sacrifício no filme de Miguel Del Toro

Rodrigo Medina Zagni

El Laberinto del Fauno, suspense dirigido pelo renomado cineasta mexicano Miguel Del Toro e que mobilizou locações no México, Espanha e EUA, chegou às telas de cinema em 2006 e ganhou o Oscar de melhor direção de arte, fotografia e maquiagem (premiado, na mesma categoria, também no BAFTA). Apesar da importância, dada a qualidade do conjunto da obra, a premiação alcançada soa residual.

Na mesma premiação em que concorreram os filmes "Babel", "Os Infiltrados", "Cartas de Iwo Jima", "Pequena Miss Sunshine" e "A Rainha", entre outros, o filme de Miguel Del Toro não deixa nada a desejar frente aos petardos hollywoodianos, colocando em questão a vigência anacrônica da problemática categoria "filmes estrangeiros".

Os méritos do filme são muitos: além da direção, o denso e dramático roteiro também de Miguel Del Toro (Melhor Roteiro Original no prêmio Goya), a envolvente trilha sonora de Javier Navarrete (Melhor Som no

Goya), o ambiente sombrio construído na fotografia de Guillermo Navarro (ganhador também do Independent Spirit Awards e do Goya) e duas surpreendentes atuações: da menina Ofélia, interpretada pela atriz Ivana Baquero (vencedora também do Goya na categoria de Melhor Revelação Feminina) e da rebelde Mercedes encarnada pela atriz Maribel Verdú.

O período ambientado é o da Espanha franquista de 1944, no pós-Guerra civil Espanhola, na perspectiva do enfrentamento entre as tropas regulares do regime totalitário de Franco e a resistência anarquista e comunista que se organizava a partir da guerrilha nas montanhas ao norte de Navarra.

Tendo esse ambiente como pano de fundo o roteiro envereda para uma narrativa fantasiosa, em que o recalçamento das restrições sociais, dado sob a violência do regime totalitário espanhol, encontra uma válvula de escape na fábula construída por Ofélia, inspirada nos contos de fada dos inseparáveis livros que carrega consigo, edificando para si casulos de realidade, simulacros onde a violência experimentada no plano real é referida pelas alegorias, sendo possível superá-las.

A insuportável realidade, a necessidade de fuga, o potencial imaginativo humano e a fantasia constituem uma seqüência tão harmoniosa no roteiro de Del Toro que essas etapas se interpenetram e passam quase que indistintas.

É com essa lógica que o labirinto toma forma alegórica da falta de perspectivas de saída para a situação política adversa da Espanha, e diante dos caminhos obstruídos pela violência da tortura ao assassinio, agiganta-se o altruísmo dos que sacrificam a si.

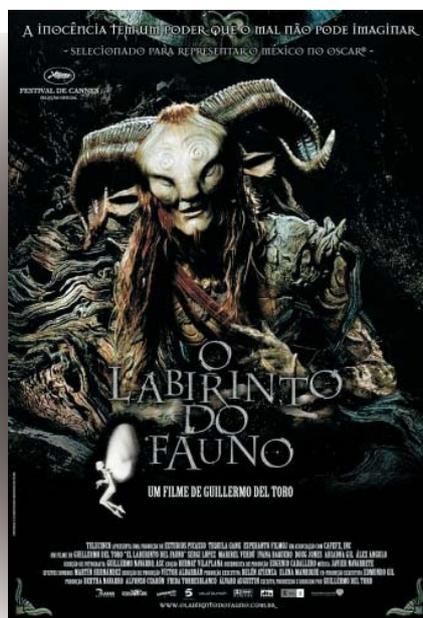
Trata-se de escolhas difíceis, mas inevitáveis para determinado gênero

humano, aquele que se agiganta frente a barbárie das intolerâncias; momento significativo expresso nas palavras do personagem interpretado por Álex Ângulo, o médico, referindo-se ao algoz Capitão Vidal, encarnado por Sergi López:

"O b e d e c e r ,
a s s i m s e m
p e n s a r , é p a r a

homens como você!"; antes do sacrifício: o caminhar sob a mira de uma pistola, na certeza de um tiro pelas costas.

A violência política polariza as escolhas e o livre arbítrio é reduzido à impossibilidade de caminhos dúbios, é o que explicita o "Livro da Encruzilhada". O caminho da inação tem um preço: o sacrifício de inocentes; assim como o da ação transformadora, uma vez que a rosa da fábula inicial, contada por Ofélia, que encarna os significados da liberdade por meio da imortalidade (ultrapassar os impedimentos biológicos da finitude da existência humana) só pode ser alcançada no topo de uma montanha de espinhos. Por ela, só não sangram os que têm asas.



De qualquer forma, em ambas as escolhas no pé da encruzilhada, a imortalidade parece um fim comum, o caminho é que é distinto e que a partir dele as escolhas operam. Para Vidal, que encarna a subserviência militar ao regime assassino de Franco, a imortalidade aparece nos valores cristalizados da tradição: "morrer pela pátria", de forma honrada, perpetuar-se no tempo pela conduta virtuosa expressa nas armas e assim imortalizar a si no devir histórico, prolongando ilusória e indefinidamente sua efêmera existência terrena.

O conflito entre realidade e idealidade amarra a trama. Mas na fantasia a realidade é dobrada por Ofélia, enfrentada não de mãos atadas mas com "varinhas de condão", gansos mágicos, fadas transformadas a partir de gafanhotos e faunos de um velho tronco de árvore.

Para imortalizar-se, Ofélia precisa superar a condição humana, eivada de contradições. Os trabalhos que constituem tarefas têm por

finalidade demonstrar exatamente isso: sua condição divina que implica em depurar sua humanidade pelo desapego dos desejos terrenos, pelo sacrifício.

Não há como coexistir com a violência do regime, é preciso estar entre os perseguidos, não compactuar com os perseguidores, sob o preço de se tornar um deles.

É o que se tornam todos aqueles que se sentam à mesa com Vidal, cujo correspondente no plano da fantasia é a criatura horrenda, cujos olhos estão nas palmas das mãos. Igreja, burguesia, grandes proprietários de terra e a classe política tinham tanto sangue nas mãos quanto os militares. Para estar ali era preciso negar-se a ver, devorar os próprios olhos, por opção.

O banquete é luxurioso, inebria, tira a própria percepção do tempo. Não há como comer da mesma mesa sem que inocentes paguem por isso, como as fadas devoradas pelo monstro da ditadura.

Ao final voltamos à alegoria do sacrifício, sentido geral da obra expresso na contraposição entre o militar e o médico, que concentra a contraposição entre a desobediência à ordem injusta e a cega obediência marcial, entre o esforço pelo fim das tradições, aspirando a vida justa, e tendo como conseqüente resultado "morte", enquanto os assassinos estão no poder.



OS 60 ANOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS: UMA BREVE E SOMBRIA REFLEXÃO

Samuel Feldberg

No final de 1948 a recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou a declaração que, pouco tempo após o final do maior conflito que o mundo conheceu e que ceifou a vida de dezenas de milhões de civis indefesos, deveria garantir a integridade e os direitos inatos do ser humano, em qualquer momento, em qualquer lugar.

Naquele mesmo ano o império inglês se desmoronava, e hindus e paquistaneses mataram-se mutuamente, movidos por suas convicções religiosas; judeus e árabes se enfrentaram pela posse da Palestina, gerando o até hoje candente drama dos refugiados palestinos; a Tchecoslováquia democrática caía sob o jugo da União Soviética e na China, derrotado o inimigo japonês, nacionalistas e comunistas continuavam em guerra civil.

E assim como a Liga das Nações não serviu para impedir a eclosão da Segunda Guerra Mundial, também a ONU não defenderia a Declaração por ela promulgada; ao longo dos últimos sessenta anos, populações civis continuaram a ser massacradas em todo o mundo, primeiro sob a “égide” da Guerra Fria, mais tarde pela de seu término. Na África, os conflitos étnicos latentes

transformaram-se em genocídios como o de Rwanda sem que o mundo tomasse qualquer atitude; crianças alimentam exércitos em lugar de escolas e minas terrestres semeiam o solo do continente, colhendo braços e pernas, quando não as vidas de seus habitantes.

Ao longo dos primeiros quarenta anos os Estados Unidos, apesar de sua retórica liberal, apoiaram regimes totalitários (mas anti-comunistas) nos mais diversos países como o Irã, Iraque, África do Sul, Chile, Argentina, Uruguai e Brasil, permitindo a perseguição e a morte de dezenas de milhares de pessoas. A União Soviética, por seu lado, apoiou tanto aqueles governos totalitários com ela alinhados como os grupos que

em seu nome lutavam, mais uma vez sem qualquer respeito pela vida e dignidade humanas, supostamente protegidos pela ONU. Todos os que crescemos na década de 1960 temos vivas as imagens terríveis das crianças de Biafra, meros esqueletos vivos, peças de um jogo mortal na política nigeriana que se estende até hoje.



Eleanor Roosevelt e a Declaração Universal dos Direitos do Homem em 10 de Dezembro de 1948



E quando a Guerra Fria terminou, os conflitos ideológicos deram lugar a um ódio étnico virulento. Na ex-Iugoslávia, sérvios, bósnios e croatas praticaram a mais extensa limpeza étnica ocorrida na Europa desde a 2ª. Guerra Mundial, inclusive sob os olhos das tropas da ONU enviadas para evitá-la; assim como tropas israelenses assistiram impassíveis ao massacre de milhares de muçulmanos por milícias falangistas cristãs nos campos libaneses de Sabra e Shatila.

E as condenações do Tribunal Criminal Internacional não são mais que um estímulo para a perpetuação dessas práticas.

Mais recentemente, tropas norte-americanas cometeram os amplamente divulgados abusos de Abu Graib e Guantanamo, a China continua a aplicar a pena de morte em larga escala e milícias de direita ainda fazem parte da guerra contra o terror na Colômbia.

E mesmo sem que os conflitos armados sejam responsabilizados, enormes contingentes da população

mundial tem seu acesso impedido à maioria dos direitos listados na declaração. Centenas de milhões de pessoas em todo o mundo vivem na miséria, sem acesso à educação básica, água potável ou esgoto; sem direitos econômicos ou políticos, sem a garantia de um teto ou representação. Mulheres muçulmanas continuam sendo violentadas e mutiladas, e a violência doméstica contra mulheres e crianças pode ser encontrada ao redor do mundo.

Um triste balanço, que deixa um gosto amargo, mas acompanhado da esperança de que os próximos sessenta anos venham acompanhados de mais respeito pelo ser humano e por seus direitos.

OS CENTROS MEMBROS DO LEI

Rodrigo Medina Zagni

Comumente, o meio acadêmico é criticado por ser um ambiente ensimesmado e que pouco interage com o seu entorno. Concomitante, é crescente o chamamento que vários setores da sociedade, fundamentalmente aqueles aliados das estruturas de poder, vêm fazendo à universidade para que contribua na resolução de vários de seus problemas.

Desta forma, aproximar o mundo acadêmico de organizações sociais continua a ser um desafio; e levar portanto o debate sobre a intolerância aos segmentos de sociedade que de fato a vivenciam, é ainda algo por fazer.

A partir deste desafio, desde o ano de 2005 o Laboratório de Estudos sobre a Intolerância da Universidade de São Paulo, por meio do projeto “Institutos do Milênio” do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, vem se articulando com diversas instituições nacionais e internacionais, no sentido de ampliar, em conjunto, os estudos sobre a intolerância. Nestes termos, são instituições parceiras do LEI/USP: o Conselho Latino Americano de Ciências Sociais; o Instituto de Referência de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina; o Museu Histórico; o Centro de Documentação e Memória Histórica “Genésio Miranda Lins”; o Museu da Gente do Vale do Itajaí e o Núcleo pela Tolerância da UNESP e o LEI-Maranhão. Por meio de convênio de cooperação pedagógico-técnico-científica, é parceira do LEI/USP ainda a Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL).

De acordo com os objetivos e metas do laboratório, explicitados no projeto “(In)Tolerância” apresentado ao “Instituto do Milênio”, os centros membros contribuem para a produção de conhecimento crítico no desenvolvimento de pesquisas em linhas propostas sobre a intolerância: participando de reuniões, grupos de trabalho, seminários, simpósios, conferências, congressos e publicações acadêmicas; contribuindo com os resultados de suas pesquisas com o conteúdo do Portal “Rumo à Tolerância” (www.rumoatolerancia.fflch.usp.br), mantido pelo laboratório, articulando teoria e prática na reflexão, superação e reversão das intolerâncias enfocadas.

Está na perspectiva dos centros ainda a elaboração de materiais didáticos que possam ser utilizados em ações educativas do futuro Museu da Tolerância da Universidade de São Paulo e em escolas de ensino fundamental e médio.

Têm sido elaborados materiais de ensino no formato de *softwares*, jogos interativos, ambientes em hipermídia, materiais visuais, música e projetos temáticos focados em realidades localizadas que estimulam além da reflexão crítica sobre a intolerância, a inventividade, a inovação e a capacidade de tomada de decisões para sua reversão, com base na aceitação da diversidade, no convívio pacífico com as diferenças e na afetividade ao outro.

O objetivo é articular o conhecimento teórico com a ação educativa, levando o debate sobre a intolerância, na forma de materiais e estratégias de ensino, para públicos externos ao ambiente universitário, e também chamá-los ao debate acadêmico, integrando universidade e sociedade.

Os resultados decorrentes das pesquisas, como artigos, produção de material de divulgação cultural, de material pedagógico, apresentações em seminários, simpósios e encontros de pesquisa, desenvolvimento de mídias interativas, material para consulta on line e montagem de exposições temporárias ou permanentes, teriam no âmbito inicialmente do laboratório e da UNICSUL, posteriormente do museu, meios de visibilidade e de multiplicação.

O **Centro de Documentação e Pesquisa Histórica - CDPH** é um órgão vinculado ao Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina e tem como objetivos a guarda, a organização, a preservação e a divulgação de documentação histórica, bem como, servir de laboratório de apoio à pesquisa, ao ensino, à extensão, à capacitação e a prestação de serviços.

Novos equipamentos, doações de coleções privadas dentre outras, tornaram o CDPH um dos mais importantes Centros de Documentação e Pesquisa do Norte do Paraná. Em 2005 foram inauguradas suas novas instalações no Instituto de Referência em Ciências Humanas do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina, passando a abrigar a documentação de História das Américas.

O **“Centro de Estudos sobre Psicanálise e Intolerância” - CEPI** promove e coordena pesquisas teóricas e clínicas ligadas às questões da tolerância, a partir do método psicanalítico, contribuindo para uma melhor compreensão e minimização das diferentes formas de violência, terror e sofrimento no mundo contemporâneo.

Suas linhas de pesquisa abordam questões teóricas sobre intolerância e psicanálise, ética e intolerância, imigrantes, migrantes, retornados, deficientes, clínica psicanalítica contemporânea, desenraizamento, estudo e intervenção psicanalítica em diversas situações de intolerância: relações pais e filhos, vítimas da criminalidade.

O **Instituto Sedes Sapientiae** tem construído um trabalho sólido nas áreas da

saúde mental, educação e filosofia caracterizando-se pelo compromisso em analisar e responder as exigências do contexto social para a construção de

uma sociedade baseada nos princípios da solidariedade e da justiça social.

O **Instituto Sobornost** tem como objetivo oferecer cursos e programas de formação continuada para terapeutas, profissionais, estudantes e estudiosos da área de saúde e de ciências humanas de uma forma geral.

A **Fundação Genésio Miranda Lins** é a fundação municipal responsável pela conservação e administração do patrimônio cultural do município de Itajaí, em Santa Catarina. Atualmente, composta por três unidades culturais de cunho museológico, sendo elas: Museu Histórico de Itajaí; Centro de Documentação e Memória Histórica “Genésio Miranda Lins” e Museu da Gente do Vale, cada qual com suas peculiaridades, no entanto, todas compartilhando da mesma visão institucional.

Como meta institucional para os próximos anos, a atual gestão da Fundação Genésio Miranda Lins tem por postura uma política inclusiva, uma vez que as minorias antes não tinham sido contempladas pelas políticas patrimoniais do município. Partindo dessa situação desenvolvem projetos que norteiam suas ações em âmbito geral, sejam elas exposicionais e/ou colecionais.

O **Instituto Hominus de Desenvolvimento Sociocultural**, entidade sem fins lucrativos, foca seu objeto nas áreas da responsabilidade social, gestão e produção cultural.

Reunindo uma experiente equipe de gestores culturais e sociais, apresenta-se como uma alternativa qualificada de suporte e assessoria a produtores, dirigentes culturais, patrocinadores e ativistas sociais no planejamento e na execução de projetos culturais e de responsabilidade social, contribuindo para o posicionamento de seus parceiros entre os diversos nichos do mercado de bens culturais e das políticas sociais.

O **Laboratório de Mídia, Cultura e Estética (LaMCE)**, por meio do Grupo de Pesquisa Cultura Midiática e Linguagem da Universidade do Vale do Itajaí, concentra-se na análise dos efeitos produzidos pelas interações entre sujeitos e dispositivos midiáticos. Caminho que permite identificar novos modos de pensar e agir, configurando-se através do acesso cotidiano aos produtos dos meios de comunicação e informação.

A proliferação de diferentes mídias (impresso, rádio, TV, internet, DVD) se torna cada vez mais comum na sociedade e essa onipresença está produzindo mudanças significativas no campo da percepção e da constituição de novas subjetividades. Se concentrando em problemas dessa natureza, entre técnicas de nosso tempo e o modo como o sujeito se constitui através delas que surge o LaMCE e o Grupo de Pesquisa, vinculados ao Curso de Jornalismo/CEHCOM, da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), para fomentar pesquisas e atividades de extensão.

Vinculado ao Departamento de Ciências Humanas da FAAC - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - UNESP / Bauru, o **Núcleo pela Tolerância** tem como objetivo promover reuniões de estudos, pesquisas, eventos acadêmicos, cursos e projetos de extensão e serviços on line em torno dos temas: (in)tolerância, diversidade, cultura de paz e direitos humanos.

O Núcleo é responsável ainda pelo projeto Convivência na diversidade que pretende conhecer as principais formas de intolerância, preconceito e discriminação que ocorrem entre jovens do Ensino Médio. Além disso, Convivência na Diversidade visa estimular pesquisas de graduação e pós sobre a temática, compreendendo um conjunto de atividades de Extensão Universitária ao longo de três anos. A primeira etapa do projeto contou com uma série de colóquios de fundamentação teórica, realizados no *campus* da UNESP de Bauru.

A **Universidade Cruzeiro do Sul** é uma instituição de ensino superior que, ao longo de seus mais de 40 anos de existência, vem se diferenciando por dar ênfase às atividades práticas na formação de seus alunos, aliando ao saber teórico o saber fazer, concluindo o processo de aquisição e construção de conhecimento.

O projeto pedagógico da universidade enfatiza também o comprometimento com a sociedade, mantendo diversos projetos na área do desenvolvimento social, cultural e econômico tanto de sua comunidade acadêmica como externa.

O contato com a realidade social é, portanto, uma premissa básica das atividades acadêmicas realizadas em seus cursos de graduação e pós-graduação, levando seus alunos à atuação extra-muros em atividades curriculares e estágios.

Sob filosofias distintas mas com interesses comuns: a reversão dos quadros de intolerância, os centros membros do LEI/USP vêm contribuindo sobremaneira para que o debate se dê em termos mais amplos, dentro e fora das universidades, integrando segmentos de sociedade comumente excluídos do universo acadêmico, a partir de uma perspectiva crítica e plural, em busca de sua progressiva transformação.

Luta e resistência contra as intolerâncias: Entrevista com Zilda Marcia Grícoli Iokoi

Rodrigo Medina Zagni - Como sua trajetória acadêmica e sua história de vida acabaram se cruzando com temas ligados à intolerância, e como encontraram no LEI/USP um *lócus* para suas pesquisas?

Zilda Iokoi - Acho que o tema da intolerância me acompanhou desde cedo porque como eu tive seqüelas de poliomielite e, em decorrência disso deficiência física, a discriminação, os preconceitos e a intolerância contra os deficientes também me acompanharam. Depois também sofri problemas com a intolerância política porque, vinculada à esquerda, membro do Partido Comunista Brasileiro e depois do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário sofri os impactos da ditadura: fui presa e torturada. Então é possível dizer que a intolerância me acompanha desde sempre. Também no meu campo de pesquisa, talvez por conta de toda essa trajetória, aliada à minha origem, vinda de uma família de imigrantes da classe operária, eu tenha sempre me preocupado em entender um pouco a lógica e a dinâmica do sistema, a violência contra os pobres e sua exclusão dos direitos. Com isso, meus temas de pesquisa ficaram sempre muito circunscritos às relações entre Estado e Sociedade desde o meu primeiro trabalho, "O Legislativo Paulista na construção da República", minha dissertação de mestrado; depois os movimentos sociais e a teologia da libertação no doutorado; e a intolerância contra os comunistas judeus e as novas solidariedades na livre docência. Meus temas de pesquisa sempre estiveram percorrendo essas relações, a violência do Estado, as lutas e dinâmicas sociais andaram sempre comigo e acho que a idéia de criar o LEI foi fruto desse processo. Quando a professora Anita Novinsky levantou a hipótese de dispor sua documentação e biblioteca para um centro de pesquisa, surgiu a possibilidade de abrir um espaço onde se fizessem discussões sobre a intolerância, não só sobre o passado, mas também sobre o tempo presente e tudo o que envolve a violência com o outro. Então, eu me engajei desde cedo na construção do laboratório porque achava que seria um espaço mais articulado para que nós desenvolvêssemos esse campo, no qual eu e meus alunos já trabalhávamos há bastante tempo de uma maneira mais interdisciplinar. Este sempre foi o meu desejo por considerar que essa era a missão da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Tanto é que, quando se discutiu a possibilidade e separação da faculdade em institutos, eu me aliei ao grupo que defendeu sua unidade. Acho que estar em uma unidade grande e interdisciplinar é muito mais rico para a pesquisa, o conhecimento e suas relações. Mas, mesmo com a manutenção da unidade, não se conseguia fazer efetivamente um trabalho de pesquisa interdisciplinar. O LEI acabou sendo um espaço para isso. Acho que se articulam aí os campos da minha vida pessoal, intelectual, minhas pesquisas e minha vida política.

RMZ - De que maneira o LEI/USP e o futuro Museu da Tolerância podem contribuir para minimizar a distância entre universidade e sociedade, contribuindo para a reversão dos quadros de intolerância vigentes na contemporaneidade?

ZI - Penso que uma tarefa fundamental, que já estamos realizando no LEI, é fazer todo um trabalho de integração entre a pesquisa e as problemáticas sociais. Nós temos intervenções bastante interessantes no campo da educação com estudos sobre escola, pesquisas sobre materiais didáticos, produção de documentários voltados para o ensino propriamente dito, nos últimos três anos. Temos já uma produção bastante interessante para pensar os problemas do planeta, a sobrevivência do meio ambiente, os direitos fundamentais da humanidade. O grupo dos direitos dos animais, por exemplo, é muito mais do

Por Rodrigo Medina Zagni

que grupo de pesquisa: é um alerta mesmo para o impacto da destruição que o mundo industrial fez no planeta. Está reunindo juristas, promotores de justiça, antropólogos, cientistas sociais e vem se tornando um ambiente bem interessante de difusão do conhecimento. Nossos encontros já apontam todos para essa direção. A idéia do Museu é que ele seja um espaço de formação permanente para todos os setores sociais: idosos, grupos étnico-culturais, jovens, mulheres etc.; e também um espaço para trazer à reflexão sobre os sujeitos e atores da violência. Acho que é preciso fazer um trabalho mais integrado entre direitos humanos e polícia, porque ela tem exorbitado o seu direito de repressão, sem nenhuma contrapartida, uma parcela de seus quadros também está relacionada com o mundo do crime e nós temos que estudar esse problema, difundir e divulgar esses dados. Temos que trabalhar aquilo que nós chamamos de tolerância ao intolerável, a violência contra crianças, o trabalho infantil, a exploração da prostituição e também o desrespeito aos idosos. Temos que fazer um esforço enorme de pensar uma sociedade que saia dessa volúpia do "ter" para uma concepção mais da essência do humano e da necessidade de reduzir o ritmo do tempo da produção, porque o tempo da natureza é um tempo muito longo e o tempo da vida humana é um tempo curto. Então, o humano pode em um curto tempo de vida, destruir temporalidades imensas da natureza. Basta olhar o novo relatório, publicado em fevereiro deste ano pela ONU, como crítica ao protocolo de Kyoto e verificar como, de fato, a natureza não está tendo condições de se recuperar da violência que o homem está empreendendo, e na natureza estão inseridos todos os seres vivos inclusive o homem, que é o predador mais violento do planeta nos últimos tempos.

RMZ - Em relação ao período ditatorial brasileiro, fica evidente que a memória sobre o passado é re-elaborada em ambiente de disputa no presente, por grupos de interesse distintos. Como o LEI/USP, a partir do projeto de pesquisa que conta com a sua liderança, pretende entrar nessa contenda pela memória de um dos mais trágicos períodos da nossa história, resgatando os presos, os torturados, os mortos e os desaparecidos?

ZI - Esse projeto sobre memória dos presos políticos, que estamos começando a desenvolver com apoio da *Ford Foundation*, pretende trazer à cena muito mais informações dos processos que envolveram os familiares e os próprios presos que sobreviveram. Para que possamos pensar as relações sociais e as liberdades, o tempo da idéia da revolução, da luta, da possibilidade de reversão das desigualdades e das velhas estratégias produzidas ainda no séc. XIX. O modo de se organizar contra a ditadura seguia essa pauta e esse programa e hoje, a consciência plena sobre essas alternativas exigem reflexão crítica para se construir o devir. Então, o que foi viver esse tempo? Que projetos e que sonhos estavam ali contidos? E como foi a violência do Estado? Nós temos que conhecer detalhes para que possamos lutar contra essa violência. E ainda assim, pensar como vivendo essa experiência, sofrendo tantas dores e lutos, podemos pensar uma outra maneira de constituição do futuro. Acho que esse é o objetivo do projeto: ao mesmo tempo vai nos ajudar a entender esse passado que ainda não está decantado porque há muita coisa que não se sabe a respeito, e também nos ajudar a pensar a institucionalidade das lutas sociais, quais são os seus caminhos e as alternativas de futuro. É um projeto que está ligado à história do tempo presente, à história do tempo imediato e às perspectivas que vão nos abrir várias possibilidades de trabalhar, no próprio laboratório, com novos sujeitos e grupos sociais para implementar uma formação política para os jovens, de tal maneira que eles possam, beneficiários de todas essas análises e críticas, abrir novas perspectivas para a saída que nós temos que encontrar. Esse projeto nos levará ao encontro das formas necessárias a exigir democracia constante e de alta intensidade.



Zilda Márcia Grícoli Iokoi



Zilda Márcia Grícoli Iokoi